


Grupo



De

Balancos Patrimoniais					
Ativo / Circulante	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021 (reclassificado)
Caixa e equivalentes de caixa	4	2	10	26.268	21.163
Clientes	5	-	-	11.448	14.772
Impostos a recuperar		-	-	48	32
Outros créditos		345	244	2.654	1.800
Instrumentos Financeiros	16	-	-	103.812	69.137
Total circulante		347	254	144.230	106.904
Não circulante					
Instrumentos Financeiros	16	-	-	244.093	107.837
Investimentos	11	59.139	30.492	7.228	6.281
Imobilizado		-	-	1.489	547
Total não circulante		59.139	30.492	252.810	114.665
Total do ativo		59.486	30.746	397.040	221.569
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021 (reclassificado)
Fornecedores	6	-	-	10.941	15.785
Obrigações tributárias	7	-	-	2.455	976
Salários e encargos		1	1	447	110
Outras contas a pagar	9	1.668	1.368	300	13
Empréstimos e Financiamentos	9	-	-	715	1.027
Instrumentos Financeiros	16	-	-	85.558	67.045
Total circulante		1.669	1.369	100.416	84.956
Não circulante					
Empréstimos e Financiamentos	9	-	-	220	534
Garantias Contratuais		-	-	2.026	1.389
Instrumentos Financeiros	16	-	-	216.444	100.092
Passivo fiscal diferido	8	-	-	15.988	3.344
		-	-	234.678	105.359
Patrimônio líquido					
Capital social	12	5.000	5.000	5.000	5.000
Reserva legal		1.000	-	1.000	-
Reserva de lucros		51.817	24.377	51.817	24.375
Total do patrimônio líquido		57.817	29.377	57.817	29.375
Participação dos acionistas não controladores		-	-	4.129	1.879
		-	-	4.129	1.879
Total do passivo e patrimônio líquido		59.486	30.746	397.040	221.569

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: A WITZ Participações S/A, "Companhia" foi fundada em 08 de junho de 2020, sediada na Rua Antônio Alves, 35-48, Sala WITZ, Vila Aeroporto, CEP 17.012- 431, na cidade de Bauru, Estado de São Paulo, tendo como objeto social a participação em empresas e/ou empreendimentos na condição de sócia quotista ou acionista, atuando como controlada e/ou controladora e atuar como holding. Em 14 de Março de 2022 a Companhia realizou uma reestruturação societária, sendo transformada em S/A a fim de possibilitar novos investimentos. Em 31 de dezembro de 2022, apresenta as seguintes investidas: **a) Exponência Energia Ltda. tem como objeto social:** (i) Comércio atacadista de energia elétrica; (ii) Comércio varejista de energia elétrica; (iii) Intermediação de compra e venda de energia elétrica a terceiros; e **(iv) Prestação de serviços de gestão de contratos de energia a terceiros.** **b) Witzer Comercializadora de Energia Ltda. tem como objeto social:** (i) Comércio atacadista de energia elétrica; (ii) Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica; **c) Witzer Energia e Corretagem de Seguros Ltda. tem como objeto social:** (i) Prestação de serviços técnicos, Assistência e Consultoria em engenharia; (ii) Medição de consumo de energia elétrica, gás e água; (iii) Comércio varejista de materiais elétricos; e **(iv) Suporte técnico.** **d) Witzer Soluções em Energia Ltda. tem como objeto social:** Empresa adquirida em 14 de fevereiro de 2022 a fim de agregar e consolidar os serviços prestados pelo Grupo Witzer. A Empresa foi adquirida pelo custo nominal das quotas sociais, perfazendo um valor de R\$ 100.000,00. (i) Prestação de serviços técnicos, Assistência e Consultoria em engenharia; (ii) Medição de consumo de energia elétrica, gás e água; (iii) Comércio varejista de materiais elétricos; e **(iv) Suporte técnico.**

Demonstrações contábeis consolidadas:

Empresa

	2022	2021
Exponencial Energia Ltda.	90%	92%
Witzer Comercializadora de Energia Ltda.	100%	95%
Witzer Energia e Corretagem de Seguros Ltda.	96,88%	97%
Witzer Soluções em Energia Ltda.	100%	-

2. Base de preparação: 2.1. Declaração de conformidade: As presentes demonstrações contábeis incluem: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente estas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Administração em 06 de março de 2023. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e sua controlada e os valores reportados dos juros, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente e as revisões são reconhecidas prospectivamente. **Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: *** Nota Explicativa nº 5 -** Provisão de estimativa para credores de liquidação duvidosa para consumidores, concessionárias e permissionárias; *** Nota Explicativa nº 16 -** Instrumentos financeiros. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis individuais da controladora e consolidadas e na preparação do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2022. **a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** Novas normas entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, mas não afetaram materialmente as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da companhia. **b) Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alteração na norma IAS 8 -** altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; **Alteração na norma IAS 12 -** trata de exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; **Alteração na norma IFRS 17 -** inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; **Alteração na norma IFRS 4 -** extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; *** Alteração na norma IFRS 16 -** trata da responsabilidade em um retroarrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; **Alteração na norma IAS:** *** Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante.** Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024. *** Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.**

c) Base de consolidação: i. Controlada: As demonstrações contábeis das Controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia a partir da data em que a Companhia adquiriu o controle de fato e existe. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora as informações financeiras da Controlada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. **ii. Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrup e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrup são eliminadas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia nas entidades investidas. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Descrição dos principais procedimentos de consolidação: *** Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as entidades consolidadas;** *** Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das entidades controladas, direta e indiretamente;** *** Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;** *** Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações contábeis consolidadas.** **ii. Participação dos acionistas não controladores:** De acordo com o CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, a participação dos acionistas não controladores é apresentada nos balanços patrimoniais como parte do patrimônio líquido, segregada da participação dos acionistas da controladora. Na demonstração do resultado, a participação dos acionistas não controladores não é deduzida na avaliação do lucro líquido ou prejuízo do exercício, sendo apenas destacada da participação dos acionistas da controladora. **d) Moeda estrangeira: i. Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio na data da apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação. **e) Ativo financeiro: a) Classificação do ativo financeiro:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado (CA); (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou (iii) valor justo por meio do resultado ("VJR"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançar tanto pelo custo de aquisição de caixa contratuais de caixa contratuais de caixa financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Empresa pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descausamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. **b) Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Empresa estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração. **c) Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado:** A Empresa avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Empresa para determinar se a evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. **d) Desreconhecimento de ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado primeiramente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Empresa transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Empresa e transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Empresa não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Quando a Empresa transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido o retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Empresa com esse ativo. **Passivos financeiros: a) Reconhecimento e mensuração:** Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício. Os passivos financeiros da Empresa, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem fornecedores e outras contas a pagar e empréstimos e são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. **b) Mensuração subsequente:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. **c) Desreconhecimento de passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nas correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **f) Contas a receber de clientes:** Incluem o fornecimento de energia elétrica faturado aos consumidores finais, geradores e comercializadores e a receita relativa à energia fornecida e não faturada até o encerramento do balanço, contabilizada com base no regime de competência. São registradas ao valor justo e classificadas como empréstimo

WTZ PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJME 37.354.720/0001-65

Em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

Demonstrações do resultado					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	13	-	-	153.097	255.378
Custo de energia comprada	14	-	-	(126.357)	(232.201)
Custo de serviço prestado	-	-	-	-	(3.191)
Resultado do valor justo de contratos de energia	16	-	-	36.067	(1.757)
Lucro bruto				59.616	20.490
Despesas (receitas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	14	(40)	(29)	(6.746)	(4.257)
Outras receitas/(despesas) operacionais	-	(864)	(1.042)	999	1.173
Resultado de equivalência patrimonial	11	37.116	15.515	-	-
		36.212	14.444	(5.747)	(3.084)
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros	-	36.212	14.444	53.869	17.406
Resultado financeiro líquido	15	-	-	2.332	439
Resultado antes do IR e CS		36.212	14.444	56.201	17.845
IR e CS corrente	8	-	-	(4.035)	(2.658)
IR e Contribuição Social diferido	8	-	-	(12.644)	(375)
Lucro líquido do exercício		36.212	14.444	39.522	14.812
Acionistas da Companhia	-	-	-	36.725	14.241
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	2.797	571
		-	-	39.522	14.812
Demonstrações do resultado abrangente					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	-	36.212	14.444	39.522	14.812
Total do resultado abrangente do exercício		36.212	14.444	39.522	14.812
Acionistas da Companhia	-	-	-	36.725	14.241
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	2.797	571
		-	-	39.522	14.812
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido					
	Capital social	Reservas de lucros	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido	
				31/12/2022	31/12/2021
Saldos em 1º de janeiro de 2021	5.000	16.870	21.870	2.341	24.211
Lucro líquido do exercício	-	-	-	14.812	-
Distribuição de lucros	-	(6.736)	(6.736)	(1.033)	(7.769)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	5.000	24.375	29.375	1.879	31.254
Ajustes materiais de exercícios anteriores	-	181	181	4	185
Perda por dividendo recebido de forma desproporcional	-	(747)	(747)	747	-
Outras movimentações	-	55	55	500	555
Lucro líquido do exercício	-	36.725	36.725	2.797	39.522
Constituição da reserva legal	-	1.000	(1.000)	-	-
Dividendos obrigatórios distribuídos	-	(7.772)	(7.772)	(1.798)	(9.570)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.000	1.000	51.817	57.817	61.946

mos e recebíveis, pois apresentam pagamentos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; são mensuradas ao custo amortizado, para o qual não há impactos de juros; pelo fato das contas a receber serem liquidadas normalmente em um prazo inferior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço. **g) Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento seja de até 90 dias da data da aplicação, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço que não supera o valor de mercado. As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado. **h) Fornecedores de energia:** Incluem a compra de energia elétrica faturada para a Empresa e compra de energia não faturada até o encerramento do balanço, contabilizada pelo regime de competência. São obrigações registradas como passivos financeiros pelo custo amortizado, no qual não há impactos de juros. **i) Instrumentos financeiros (contratos futuros):** A Empresa tem um portfólio de contratos de energia (compra e venda) que visam atender demandas e ofertas de consumo ou fornecimento de energia. Além disso, existe um portfólio de contratos que compreende posições forward, geralmente de curto prazo. Para este portfólio, não há compromisso de combinar uma compra com um contrato de venda. A Empresa tem flexibilidade para gerenciar os contratos nesta carteira com o objetivo de obter ganhos por variações nos preços de mercado, considerando as suas políticas e limites de risco. Contratos nesta carteira podem ser liquidados pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro (por exemplo: celebrando com a contraparte contrato de compensação; ou "desfazendo sua posição" do contrato antes de seu exercício ou prescrição; ou em pouco tempo após a compra realizar venda com finalidade de gerar lucro por flutuações de curto prazo no preço ou ganho com margem de revenda). Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente convertíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS 8 / CPC 48 e são reconhecidos no balanço patrimonial da Empresa pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço. Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e houver a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. O valor justo desses derivativos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que consideram: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e vendas recentes, (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo não é reconhecido inicialmente para esses contratos devido ao preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data base. **j) Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos. **k) Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo. **l) Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **m) Imposto de Renda e Contribuição Social (corrente e diferido):** Para as empresas controladas e que adotam a sistemática pelo Lucro Presumido, a alíquota do Imposto de Renda é de 15%; com um adicional de 10% sobre a presunção trimestral que exceder R\$ 60, sendo as alíquotas de presunção corrente conforme legislação vigente é de 8% para comércio e serviços de empreitada e 32% para demais serviços. A Contribuição Social é calculada sobre a presunção de lucro conforme legislação vigente, à alíquota de 9%, sendo a presunção de 12% para serviços de empreitada e 32% para demais serviços. E para as empresas controladas que adotam a sistemática pelo Lucro Real o Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido corrente. O imposto corrente é reconhecido no resultado. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis intermediárias e a qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, desde que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. **n) Reconhecimento de receita e custo de energia:** A receita operacional advinda do curso normal das atividades das controladas da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A receita é medida líquida de descontos, impostos e encargos sobre vendas. Os custos do serviço de energia elétrica são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de impostos, quando aplicável; e (ii) com base na associação direta da receita. O custo de energia elétrica refere-se basicamente ao custo da energia elétrica comparada para comercialização vinculada à atividade operacional das controladas da Companhia. A receita e compra de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica. **4. Caixa e equivalentes de caixa: Controladora**

	31/12/2022		31/12/2021	
	2022	2021	2022	2021
Caixas e saldos bancários	2	9	264	141
Aplicações Financeiras	-	1	26.004	21.022
Total	2	10	26.268	21.163

O caixa e equivalentes de caixa da Companhia está composto por saldo de depósitos bancários à vista e são mantidos com finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. As aplicações financeiras correspondem em 85% a Certificados de Depósito Bancários (CDB), com liquidez imediata, e 15% correspondem a títulos do Tesouro Direto (NTN-F), com liquidez imediata. São registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos brutos auferidos até a data do balanço, com taxa média de 105,6% de variação do CDI. **5. Clientes:**

	31/12/2022		31/12/2021	
	Consolidado	2022	2021	
Não faturadas	-	10.556	14.113	
Faturadas	-	892	659	
Total		11.448	14.772	

O saldo de "Não Faturadas" é composto pelas vendas de energia de contrato de curto, médio e longo prazo de comercialização de energia elétrica no ambiente de contratação livre (ACL), cujo consumo de energia ocorreu até o final do período e o faturamento ocorreu no mês subsequente. A metodologia se dá por meio do artigo 14 da Portaria SER 14/2022, o qual determina que o faturamento da energia elétrica no mercado livre deve ocorrer até o último dia do mês subsequente ao fato gerador. Como as suas controladas levando em consideração o histórico de recebimento individualizado de seus clientes e de acordo com o prazo de médio de recebimento, reconhece a Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD). Além disso, a Companhia e suas controladas tem como política reconhecer como perda os saldos vencidos há mais de 180 dias. As despesas (receitas) com constituição (reversão) da provisão para perdas foram registradas na rubrica de "Perdas de Créditos não Liquidados" na demonstração do resultado do exercício.

	Participação (%)	Saldo em 31/12/2021	Equivalência patrimonial																																																																																																																											
11. Investimentos:																																																																																																																														
Investimentos em Controladas																																																																																																																														
Exponencial Energia	92%	28.278	22.47																																																																																																																											
Witzler Energia e Corretagem de Seguros	95%	609	8.52																																																																																																																											
Witzler Comercializadora de Energia	95%	1.425	1.70																																																																																																																											
Witzler Soluções em Energia	-	-	4.61																																																																																																																											
Total	30.312	37.116	7.45																																																																																																																											
Investimentos a custo																																																																																																																														
Almeida Cordeiro Usina Elétrica	32%	-	-																																																																																																																											
Oeste Participações de Bens e Recursos	1%	-	180																																																																																																																											
Uniprime Cooperativa de Crédito	-	-	180																																																																																																																											
Total			30.492																																																																																																																											
12. Patrimônio líquido: Em 2022, a Companhia optou por ser uma sociedade anônima, sendo obrigatório a constituição de reservas conforme definidas em estatuto social. 12.1. Capital Social: Representa o capital da Companhia, subscrito e integralizado pelos sócios no início das atividades da empresa, acrescido dos aumentos realizados no decorrer das atividades. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta 5.000.000 quotas ao valor de R\$ 1,00 totalizando R\$ 5.000. 12.2. Reserva Legal: É constituída a razão de 5% lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. 12.3. Reserva de Lucros: Corresponde a total resultado líquido da Companhia de todos os anos, deduzido dos valores pagos a caráter de dividendos e distribuição de lucros e, também, das integrações para o Capital Social e transferências para reservas legais. De acordo com o Artigo 199 da Lei 11.638/76 o saldo da conta de Reserva de Lucros não poderá exceder ao valor do capital social, desta forma, a Assembleia dos Acionistas deliberará a destinação desta reserva para aumento de capital ou distribuição de dividendos complementares. 13. Receita operacional líquida: A composição da receita operacional líquida está apresentada a seguir: <table><tr><th rowspan="2"></th><th colspan="2">Controladora</th><th colspan="2">Consolidado</th></tr><tr><th>2022</th><th>2021</th><th>2022</th><th>2021</th></tr><tr><td>Receita de venda de energia elétrica</td><td>-</td><td>-</td><td>155.726</td><td>264.073</td></tr><tr><td>Receita de serviços</td><td>-</td><td>-</td><td>21.665</td><td>17.894</td></tr><tr><td>Impostos incidentes sobre receitas</td><td>-</td><td>-</td><td>(24.294)</td><td>(26.589)</td></tr><tr><td>Total</td><td></td><td></td><td>153.097</td><td>255.378</td></tr></table> <p>Os impostos incidentes sobre a receita são ICMS, COFINS e ICM(1). (1) Incidência a partir do fato gerador de abril de 2022, conforme artigo nº 14º inciso I da Portaria SER 14/2022. 14. Custo de energia comprada, despesas administrativas e outras receitas (despesas) operacionais:</p> <table><tr><th rowspan="2"></th><th colspan="2">Controladora</th><th colspan="2">Consolidado</th></tr><tr><th>2022</th><th>2021</th><th>2022</th><th>2021</th></tr><tr><td>Custo de energia comprada</td><td>-</td><td>-</td><td>(126.357)</td><td>(232.201)</td></tr><tr><td>Custo de serviços prestados</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>(3.191)</td></tr><tr><td>Despesa com pessoal</td><td>(18)</td><td>(29)</td><td>(1.170)</td><td>(503)</td></tr><tr><td>Despesas com terceiros</td><td>-</td><td>-</td><td>(1.139)</td><td>(1.408)</td></tr><tr><td>Viagens e estadas</td><td>-</td><td>-</td><td>(399)</td><td>(340)</td></tr><tr><td>Depreciação e amortização</td><td>-</td><td>-</td><td>(179)</td><td>(17)</td></tr><tr><td>Aluguéis</td><td>-</td><td>-</td><td>(337)</td><td>(199)</td></tr><tr><td>Entidades regulatórias</td><td>-</td><td>-</td><td>(1.029)</td><td>(730)</td></tr><tr><td>Projetos energéticos</td><td>-</td><td>-</td><td>(265)</td><td>-</td></tr><tr><td>Despesas Comerciais</td><td>-</td><td>-</td><td>(297)</td><td>(133)</td></tr><tr><td>Informática</td><td>-</td><td>-</td><td>(204)</td><td>(73)</td></tr><tr><td>Marketing</td><td>(271)</td><td>(1.042)</td><td>(346)</td><td>(1.027)</td></tr><tr><td>Resultado alienação de quota</td><td>(271)</td><td>(1.042)</td><td>(271)</td><td>(1.042)</td></tr><tr><td>Outras receitas/despesas</td><td>(22)</td><td>-</td><td>(111)</td><td>1.489</td></tr><tr><td>Total</td><td>(311)</td><td>(1.071)</td><td>(135.295)</td><td>(236.215)</td></tr><tr><td>Custo de energia comprada</td><td></td><td></td><td>-</td><td>(126.357)</td></tr><tr><td>Custo de serviços prestados</td><td></td><td></td><td>-</td><td>(3.191)</td></tr></table>					Controladora		Consolidado		2022	2021	2022	2021	Receita de venda de energia elétrica	-	-	155.726	264.073	Receita de serviços	-	-	21.665	17.894	Impostos incidentes sobre receitas	-	-	(24.294)	(26.589)	Total			153.097	255.378		Controladora		Consolidado		2022	2021	2022	2021	Custo de energia comprada	-	-	(126.357)	(232.201)	Custo de serviços prestados	-	-	-	(3.191)	Despesa com pessoal	(18)	(29)	(1.170)	(503)	Despesas com terceiros	-	-	(1.139)	(1.408)	Viagens e estadas	-	-	(399)	(340)	Depreciação e amortização	-	-	(179)	(17)	Aluguéis	-	-	(337)	(199)	Entidades regulatórias	-	-	(1.029)	(730)	Projetos energéticos	-	-	(265)	-	Despesas Comerciais	-	-	(297)	(133)	Informática	-	-	(204)	(73)	Marketing	(271)	(1.042)	(346)	(1.027)	Resultado alienação de quota	(271)	(1.042)	(271)	(1.042)	Outras receitas/despesas	(22)	-	(111)	1.489	Total	(311)	(1.071)	(135.295)	(236.215)	Custo de energia comprada			-	(126.357)	Custo de serviços prestados			-	(3.191)
	Controladora		Consolidado																																																																																																																											
	2022	2021	2022	2021																																																																																																																										
Receita de venda de energia elétrica	-	-	155.726	264.073																																																																																																																										
Receita de serviços	-	-	21.665	17.894																																																																																																																										
Impostos incidentes sobre receitas	-	-	(24.294)	(26.589)																																																																																																																										
Total			153.097	255.378																																																																																																																										
	Controladora		Consolidado																																																																																																																											
	2022	2021	2022	2021																																																																																																																										
Custo de energia comprada	-	-	(126.357)	(232.201)																																																																																																																										
Custo de serviços prestados	-	-	-	(3.191)																																																																																																																										
Despesa com pessoal	(18)	(29)	(1.170)	(503)																																																																																																																										
Despesas com terceiros	-	-	(1.139)	(1.408)																																																																																																																										
Viagens e estadas	-	-	(399)	(340)																																																																																																																										
Depreciação e amortização	-	-	(179)	(17)																																																																																																																										
Aluguéis	-	-	(337)	(199)																																																																																																																										
Entidades regulatórias	-	-	(1.029)	(730)																																																																																																																										
Projetos energéticos	-	-	(265)	-																																																																																																																										
Despesas Comerciais	-	-	(297)	(133)																																																																																																																										
Informática	-	-	(204)	(73)																																																																																																																										
Marketing	(271)	(1.042)	(346)	(1.027)																																																																																																																										
Resultado alienação de quota	(271)	(1.042)	(271)	(1.042)																																																																																																																										
Outras receitas/despesas	(22)	-	(111)	1.489																																																																																																																										
Total	(311)	(1.071)	(135.295)	(236.215)																																																																																																																										
Custo de energia comprada			-	(126.357)																																																																																																																										
Custo de serviços prestados			-	(3.191)																																																																																																																										

Continuação...	Consolidado					
	2022	2021		Consolidado	2022	2021
Instrumentos financeiros (contratos futuros)						
Ganho temporário - circulante	114.393	69.137	Instrumentos financeiros (contratos futuros)			
PIS e COFINS ganho temporário - circulante	(10.581)	-	Ganho temporário	206.392	68.975	
Ganho temporário líquido - circulante	103.812	69.137	PIS e COFINS ganho temporário	(35.461)	-	
Ganho temporário - não circulante	268.973	107.837	Ganho temporário líquido	170.931	68.975	
PIS e COFINS ganho temporário - não circulante	(24.880)	-	Perda temporária	(165.647)	(70.732)	
Ganho temporário líquido - não circulante	244.093	107.837	PIS e COFINS perda temporária	30.783	-	
Perda temporária - circulante	94.279	67.045	Perda temporária líquido	(134.864)	(70.732)	
PIS e COFINS perda temporária - circulante	(8.721)	-	Resultado líquido da operação	36.067	(1.757)	
Perda temporária líquida - circulante	85.558	67.045	c. Instrumentos financeiros por categoria valor de mercado e contábil: O CPC 40 determina que a Empresa deve divulgar os instrumentos financeiros por categoria, permitindo que o usuário da demonstração contábil avalie a significância dos instrumentos financeiros para sua posição patrimonial e financeira para análise de desempenho:			
Perda temporária - não circulante	238.506	100.092				
PIS e COFINS perda temporária - não circulante	(22.062)	-	Ativo - Mensurados a valor justo por meio do resultado			
Perda temporária líquida - não circulante	216.444	100.092	Instrumentos financeiros (contratos futuros) - Nível 2			
Resultado líquido da operação	45.903	9.837		2022	2021	
A variação positiva dos instrumentos financeiros se deve a pactuação de novos contratos de compra e venda no ano de 2022. Ainda em 2022, passamos a calcular o PIS e a COFINS sobre os ganhos e perdas temporários:				347.905	176.973	
Volume de energia (Venda) MWh	2.567,6855	1.113,9149	Custo amortizado: Caixa e equivalentes de caixa	347.905	176.973	
Volume de energia (Compra) MWh	2.625,4655	872,9671	Contas a receber	26.268	21.163	
Exposição líquida: Short(long) MWh	57,78	(759,05)		11.448	14.772	
O resultado real dos instrumentos financeiros (contratos futuros) pode variar substancialmente, uma vez que as marcações desses contratos foram feitas considerando a data-base de 31 de dezembro de 2022. A Empresa tem contratos futuros de energia com vencimento até o 31 de dezembro de 2031.				37.716	35.935	
b. Reconhecimento no Exercício: As variações dos contratos futuros são calculadas ao valor justo.			Passivo - Mensurados a valor justo por meio do resultado			
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas			Instrumentos financeiros (contratos futuros) - Nível 2	302.002	167.138	
Aos Acionistas e Administradores da WTZ Participações S.A. Bauru - SP. Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da WTZ Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da WTZ Participações S.A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, datado de 21 de fevereiro de 2022 e, portanto, não expressamos opinião sobre as demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Responsabilidade da				302.002	167.138	
				10.941	15.735	
			Custo amortizado: Fornecedores	10.941	15.735	
			Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão			
			Mensuração do valor justo: O CPC 48 define o valor justo como a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre as partes conhecedoras e dispostas a isso, em transação sem favorecidos. O CPC 40 determina uma hierarquia de três níveis para o valor justo descrevendo os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2 - Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • Nível 3 - Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). 17. Eventos subsequentes: Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária: Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.			
			Lucas Torres Witzler - Diretor			
			Rodolfo Ruiz Nani - Contador - CRC 1SP331249/O-0			
			ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Ribeirão Preto, 06 de março de 2023.			
			BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda. - CRC 2 SP 013846/O-1			
			Marcos Vinícius Galina Colombari - Contador CRC 1 SP-262247/O-8			

